



CIÊNCIA DO SEMIÁRIDO:

O QUE APRENDEMOS
COM AS EXPERIÊNCIAS
DAS FAMÍLIAS





CIÊNCIA DO SEMIÁRIDO:

O QUE APRENDEMOS
COM AS EXPERIÊNCIAS
DAS FAMÍLIAS



ASA

Articulação
Semiárido
Brasileiro

EXPEDIENTE:

Produção de Conteúdo:

Ana Lira
Ana Roberta Amorim
Laudenice Oliveira
Luna Almeida
Mariana Reis
Ylka Oliveira

Revisão de Conteúdo:

Antonio Barbosa
Fernanda Cruz
Julia Rosas

Poesia:

Daniela Bento

Agradecimentos:

Casa da Mulher do Nordeste (PE), Cáritas Brasileira (MG), Cetra (CE), Cofaspi (BA), Centro Sabiá (PE), MOC (BA), Núcleo Sertão Verde (RN), Patac (PB) e a cada um/a das/os técnicas/os e agricultoras/es que nos cederam tempo, atenção e experiências para que pudéssemos aprender um pouco mais sobre autonomia e Bem Viver no Semiárido brasileiro.

Fotografias:

Luna Almeida
Nilmar Lage
Ana Lira

Foto da Capa:

Nilmar Lage

Revisão de Texto:

Mariana Andrade

Diagramação:

Viviane Freitas

Edição:

Mariana Reis

Catálogo na fonte: Calibre, Lumie.

Bibliotecária responsável: Marta Maria Pimentel Cavalcante - CRB4/2038

C569 Ciência do semiárido: o que aprendemos com as experiências das famílias / orgs.
Mariana Reis – Recife : Articulação Semiárido Brasileiro - ASA Brasil, 2021.

60 p.

I. Semiárido. 2. Produção Agroecológica. 3. Recursos naturais. I. Título.

CDU 502.15(213.54)



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO
PÁG. 6

CONVIVER COM O SEMIÁRIDO
PÁG. 9

METODOLOGIAS DA ARTICULAÇÃO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)
PÁG. 26

O COMPONENTE PRODUÇÃO
AGROECOLÓGICA, UM DIFERENCIAL
DO PROJETO FOMENTO
PÁG. 32

UM OLHAR SOBRE AS FAMÍLIAS
DO SEMIÁRIDO
PÁG. 40

[...]
A FEIRA QUE TRAZ FARTURA
LÁ DO FUNDO DO QUINTAL
FORTALECE A ECONOMIA
SAIU ATÉ NO JORNAL
QUE A FEIRA AGROECOLÓGICA
É UM LANCE MUNDIAL.

TIROU DO ANONIMATO
MUITA MULHER DO SERTÃO
VEM GERANDO AUTONOMIA
DANDO BASTA AO "VALENTÃO"
SE ELA PLANTA, COLHE E VENDE
É DELA CADA TOSTÃO

AS PRODUÇÕES CONSCIENTES
ALIMENTAM O PAÍS
SÃO AS DOUTORAS DA TERRA
REBATENDO ATÉ JUIZ
O VENENO LIBERADO
DEIXA AS VIDAS POR UM TRIZ

(FEIRAS AGROECOLÓGICAS – DANIELA BENTO)

APRESENTAÇÃO

Ciência do Semiárido: o que aprendemos com a experiência das famílias é uma sistematização de experiências do Projeto Fomento do Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Realizado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e do Ministério da Cidadania, o projeto piloto durou três anos, beneficiando diretamente mais de duas mil famílias agricultoras.

A composição da pesquisa e organização dos conteúdos que fazem parte desta publicação usou, como metodologia, levantamento bibliográfico, observação participante (eventos de formação, intercâmbios e visitas técnicas) e entrevistas com coordenações e técnicos/as das organizações que fazem parte da ASA e integraram o projeto. As histórias de vida das famílias agricultoras, centro dos relatos do *Boletim O Candeeiro*, também serviram de base para a construção desse trabalho.

A pergunta-chave que nos motivou como ponto de partida foi: como o Projeto Fomento incide na vida das famílias agricultoras? Nossa hipótese era de que a articulação entre as políticas de acesso à água e o fomento poderiam garantir, além de segurança alimentar às famílias, uma maior autonomia na geração de renda e também a participação desses agricultores e agricultoras em espaços organizativos como, por exemplo, movimentos sindicais ou associativismo, saindo do isolamento social em que muitos/as se encontravam pelo perfil de pobreza e extrema pobreza, listado como um dos critérios de seleção para acesso ao fomento.

As escutas ao longo do processo apontaram para um guarda-chuva de temas como Protagonismo Feminino; Acesso à Terra; Segurança Alimentar; Autonomia e Geração de Renda; Preservação de Identidade nas Comunidades Tradicionais – o que norteou a seleção dos relatos de experiência que compõem a parte final desta publicação. Outro destaque a ser considerado, e que merece ser aprofundado em análises futuras, é uma possível mudança da relação da assessoria técnica com a família agricultora, propiciada pelo apoio do Projeto P1+2 Fomento, a partir do estabelecimento de um maior vínculo de confiança entre as partes, para entender e atender às necessidades das famílias, dentro dos limites do projeto.

Ressalta-se, ainda, que o perfil desta publicação não é acadêmico: parte de um lugar com os pés bem fincados no chão das organizações sociais. Mas entende-se que ambos os saberes – o acadêmico e o técnico – podem andar juntos e se complementar, indicando a possibilidade de novos caminhos a partir de um projeto piloto, mas que não começa hoje mas bebe na trajetória de mais de 20 anos de metodologias desenvolvidas de forma exitosa pela ASA. Nosso enfoque está em fornecer a produção de conteúdo como um material técnico, que possa dar suporte ao trabalho de campo das organizações, subsidiar estudos e ser multiplicador de experiências, trazendo uma devolutiva para as comunidades.

Esta publicação é dividida em quatro capítulos. O primeiro, **Conviver com o Semiárido**, aborda o panorama histórico das políticas públicas sociais no Semiárido, avanços e conquistas, o surgimento da ASA e de seus programas, com enfoque nas vulnerabilidades sociais e no papel das políticas públicas no enfrentamento destas.

Em **Metodologias da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)**, conhecemos o itinerário metodológico que possibilitou o desenvolvimento do Projeto Fomento, a partir dos processos formativos que desencadeiam na implementação das tecnologias sociais de água para produção de alimentos. Já em **O Componente Produção Agroecológica**, um

diferencial do Projeto Fomento, observamos que a experiência com o fomento demonstrou que as mulheres são a ponta mais vulnerável das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil. Ao mesmo tempo, a escolha dessas mulheres para protagonizar a experiência do fomento permite mudanças significativas na vida dessas famílias agricultoras, considerando o papel das mulheres rurais nos movimentos de luta pelas políticas de convivência com o Semiárido. Também falamos sobre o significado da Agroecologia nesta relação e o que a etapa da comercialização trouxe de aprendizados para o projeto.

Por fim, **Um Olhar para as famílias do Semiárido** traz uma seleção de relatos de experiência percorrendo territórios do Semiárido brasileiro, contemplando um pouco da diversidade territorial, étnico-racial e cultural das famílias para que elas também possam se sentir representadas nesse material, proporcionando um intercâmbio de experiências em formato digital, a partir do que sendo sistematizado pelo Boletim O Candeeiro.

Boa leitura!

Foto: Ana Lira / Acervo ASA



CONVIVER COM
O SEMIÁRIDO

Neste texto, partimos do levantamento do estado da arte sobre as políticas públicas desenvolvidas no Semiárido, com a construção de uma linha do tempo do trabalho desenvolvido pela ASA, através da análise dos documentos produzidos pela rede, como cartilhas, estudos e outros instrumentais metodológicos.

Os povos do Semiárido vivem em municípios onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é considerado muito baixo e baixo em mais de 60%. As desigualdades sociais na região atravessam a renda média mensal, tendo em vista que a maior parte da população tem como única fonte de renda as políticas públicas do governo.

Assim, a partir do olhar minucioso para a região, nasceram iniciativas que foram propostas ao poder público para serem transformadas em políticas públicas. Em um primeiro momento (1960-1970), as políticas seguiam a linha mais agrícola e agrária com foco na modernização da agricultura. Num segundo momento (1980-1990), ações mais assistencialistas e clientelistas.

Embora com suas fragilidades, a redemocratização do país nos anos 1980 deu às entidades e movimentos sociais a oportunidade de trazer em suas pautas a agricultura familiar e a questão da segurança alimentar e nutricional.

E, por último, surgiu a perspectiva de construir espaços de comercialização da agricultura familiar, com foco na segurança alimentar e nutricional da população, além de um novo olhar para o meio ambiente. Em princípio eram ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil e que posteriormente foram adotadas pelo governo.

As políticas sociais direcionadas ao campo atravessam, a cada governo, avanços ou retrocessos. Na década de 1940, a extensão rural passou a ter um caráter educativo no Brasil. Porém, de uma maneira técnica e transmissora de conhecimento para os povos do campo — sem levar em consideração a sabedoria popular que nascia dos povos da região —, influenciada pelo capitalismo norte-americano, como a maioria dos países latino-americanos na época.

Ainda em 1949, durante a Guerra Fria, nasceu a Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar), um sistema que foi expandido para todo o território nacional. Mais adiante, em 1970, o presidente Ernesto Geisel criou o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), que era coordenado pela Embrater e executado pelas Emater estaduais. Foi um momento de expulsão das famílias do campo. Havia um incentivo para o uso de insumos químicos e biológicos e máquinas. O Estado mantinha o controle de tudo e favorecia aos grandes latifundiários.

Porém, em 1990, com a extinção do Sibrater, é deflagrada uma crise nos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), que se mantêm precariamente. É nesse contexto que em 1999 o governo federal cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O olhar para a reforma agrária e os conflitos por terra vai sendo substituído por um compromisso de desenvolvimento sustentável no espaço rural. A criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) ocorreu em 1993. Nesta mesma época foi criado o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) e o Programa Fome Zero².

A partir de articulação entre o Consea e o governo federal foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), em 2003, com o objetivo de promover a articulação entre a compra de produtos da agricultura familiar, de assentados e assentadas da reforma agrária e comunidades tradicionais, para garantia de novos caminhos dos mercados institucionais.



Foto: Ana Lira / Acervo ASA

2 - O Programa Fome Zero diagnosticou que sua plena efetivação dependia de melhoria da demanda de alimentos vindos do campo, de preços mais acessíveis para que a população pobre não continuasse excluída do mercado. Para que houvesse uma mudança foi priorizada a agricultura familiar. (SCHINEIDER, GRISA, 2015).

O PAA³ enfrentou desafios iniciais com os processos licitatórios, mas logo depois a situação melhorou quando a Lei 11.947, de 2006, determinou que 30% dos recursos federais para a alimentação das escolas fossem destinados a alimentos da categoria social. E, em 2012, houve a determinação de órgãos do Estado, dos municípios e federais para que realizassem chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura familiar. Os alimentos passaram a ser fornecidos para restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros. Em 2014, o PAA completou dez anos e foi ampliado para a aquisição de sementes.

Segundo dados publicados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), de 2017, a Companhia recebeu da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) R\$ 124.708.501,88 para distribuição nas modalidades de Compra com Doação Simultânea (R\$ 98.220.665,84), Aquisição de Sementes (R\$ 5.015.546,32), Compra Direta da Agricultura Familiar (R\$ 16.619.105,34), Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (R\$ R\$ 4.853.184,39). Investimentos estes que permitiram comercializar 44.407 toneladas de alimentos, os quais foram produzidos por 18.688 agricultores e agricultoras familiares.

No que diz respeito aos resultados é importante destacar que a escolha de cooperativas e associações para execução do PAA segue uma metodologia que prioriza estudos de dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA/PNAD), da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), e de inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Um outro programa que também contribuiu para a produção local foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que teve início da década de 1940. O objetivo do Pnae é suprir necessidades nutricionais de crianças e adolescentes em sala de aula, de maneira que possa contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizado e para o rendimento escolar, além de incentivar hábitos de alimentação saudáveis. O Pnae acontece sob a coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e está ligado ao Ministério da Educação (MEC).

O Programa estruturou-se de forma institucional a partir do ano de 1979, pois até então era denominado de Programa da Merenda Escolar. Este tinha o objetivo de melhorar as condições nutricionais das crianças, os números de evasão e de repetência na vida escolar. Porém, servia alimentos industrializados e de má qualidade (muitas vezes vencidos) e somente uma refeição por dia, condições desfavoráveis para se alcançar bons índices escolares.

No entanto, a partir da instituição da Lei 8.913 de 1994, os municípios passaram a prestar atendimento às escolas. Começaram a criar os cardápios em acordo com a Vigilância Sanitária, a adquirir alimentos e a controlar sua qualidade.

Uma lei importante para o sucesso do Pnae foi a de nº 11.947/2009, que determinou que 30% do valor repassado pelo Programa fosse investido na compra de produtos da agricultura familiar. No ano de 2012, o Pnae já alcançava 70% dos municípios na aquisição de alimentos de agricultores e agricultoras familiares, resultado positivo que colocou o Brasil como exemplo de uma política pública para servir de exemplo para países africanos e latino-americanos.

Outras construções políticas foram fundamentais para o desenvolvimento rural. Em 28 de novembro de 2001, através da resolução de nº 26 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRS), foi instituída a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). Todavia, a Política somente foi efetivada e lançada no ano de 2004.

Um novo e importante passo foi dado no ano de 2010, quando a lei passou por uma reedição e incluiu o Programa Nacional de



Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA

3 - No ano de 2006 foram publicadas leis que beneficiaram a agricultura familiar e a segurança alimentar: Lei da Agricultura Familiar, nº 11.326 para definir o público do PAA; e a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), nº 11.346. Disponível em: https://www.org.br/wp-content/uploads/2016/12/PAA_historico_PT.pdf. Acesso em: 08 dez. 2019.

Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Proater)⁴. Esta inclusão na lei representou a abertura para um diálogo mais democrático entre governo e sociedade civil no tocante à elaboração e execução de políticas públicas em âmbito rural.

A construção das políticas públicas passa a ter um caráter diferenciado, visto que anteriormente eram construídas de forma vertical, ou seja, de cima para baixo. Era um olhar do Estado para a população do campo. Com a implementação da Pnater é instituído um processo democrático com a garantia da participação de organizações não governamentais e movimentos sociais. Assim, a sabedoria dos povos rurais é considerada para a construção de propostas com foco na agroecologia e na sustentabilidade.

A Pnater, que carrega em seus preceitos a agroecologia, sempre buscou desenvolver o rural a partir da implementação de uma agricultura familiar que respeite a diversidade econômica, social, política, cultural e do meio ambiente. É uma política que valoriza a cidadania, o uso de metodologias que garantem a participação de todos e todas para proporcionar uma vida mais digna no campo.

Desta forma, a Pnater surgiu como um modelo de política em oposição ao modelo da Revolução Verde⁵, que submeteu o campo à lógica implementada pelo capitalismo e causou impactos sociais e ao meio ambiente. A Política proporcionou uma estruturação de serviços de Ater ligados à agricultura familiar. O investimento mais que triplicou a cada ano. Os recursos passaram de três milhões de reais, em 2002, para 450 milhões em 2013. Foram investimentos em iniciativas que uniram agroecologia, sabedoria popular, economia e desenvolvimento territorial.

A Ater passa a ter um caráter transversal em relação às outras políticas voltadas para a agricultura familiar⁶. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE apontavam 9 mil quilombolas, 3,5 mil pescadores e pescadoras artesanais, 24 mil assentados(as) da reforma agrária, 32,6 extrativistas e 3 mil indígenas. Houve inúmeras experiências de sucesso no país nas últimas duas décadas, com o envolvimento de organizações e de

agricultores/as familiares. É um processo configurado pela troca de conhecimentos, sejam estes técnicos, científicos ou populares, seguindo a metodologia do mestre Paulo Freire, educador que defendia uma prática libertadora de educação.

Surgimento da ASA e seus programas

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) celebrou duas décadas de existência no ano de 2019. Sua atuação em defesa de um projeto político pela convivência com o Semiárido brasileiro transformou o rural de um lugar inóspito para um lugar de vida. Em sua trajetória de Rede alcançou a marca de 1 milhão e duzentas e cinquenta mil cisternas construídas para atender as necessidades de água das famílias, que antes precisavam fazer longas caminhadas carregando latas de água na cabeça.

Mas a história construída ao longo de 20 anos atravessou inúmeras mudanças do campo. Entre elas o reconhecimento da agricultura familiar como uma categoria social e política, um passo fundamental para a construção de diálogos entre o Estado e a sociedade civil, com o envolvimento de diversos atores sociais.

Assim, construiu-se um processo de fortalecimento e de mobilização de organizações não governamentais e de movimentos sociais entre os anos de 1990 a 2000. A Rede ASA nasceu em meio a um ciclo de inúmeras secas causadoras de mortes, fome e miséria. Mas, sensível à vida de milhares de agricultores e agricultoras familiares que não poderiam mais ser encarados pela sociedade como “pequeno produtor”.

4 - Segundo Grisa e Schneider (2015), o Brasil vivia uma fase de reconhecimento do papel da agricultura familiar. Havia sido instituídas políticas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999; o Programa Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 5 - Ao final da Segunda Guerra Mundial, as entidades Rockefeller e Ford vislumbraram na agricultura um lugar para expandir as fronteiras do capital. Investiram na produção de sementes que são a base da alimentação no mundo (trigo, milho, arroz). Aliada a essa estratégia, as indústrias químicas, que antes produziam para a Guerra, foram desenvolver agrotóxicos e estimularam seu uso na produção. Além disso, estimularam o uso de máquinas como tratores e colheitadeiras. Um pacote tecnológico americano importado para o Brasil no período da ditadura militar.

6 - Segundo artigo publicado por Silva (2013, p.156) na *Revista NERA* em 23 de julho de 2013, os 4,8 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar (conforme computo do Censo Agropecuário de 2006) passaram a ter o direito a um serviço qualificado e em quantidade suficiente para atender suas demandas de produção, comercialização, organização social, entre outras questões do campo.

Um dos marcos neste caminhar da Rede foi a realização do Fórum Seca, uma das primeiras iniciativas que contribuiu com a mudança de visão de combate à seca para convivência com o Semiárido. Nesta luta havia o engajamento do movimento social e sindical, além dos primeiros parlamentares orgânicos, filhos da terra, agricultores familiares. Em meio a essa conjuntura, novos fóruns e redes surgiram nos nove estados do Nordeste: Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e no norte de Minas Gerais. Todos com o propósito de ampliar os espaços de construção, de proposição e de monitoramento de políticas públicas.

A caminhada da Articulação contou com outros momentos marcantes. Como a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), quando mais uma seca castigou o Semiárido no ano de 1993; e em 1999, a realização da 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP 3) promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Recife.

Como fruto da COP 3 é lançada a Declaração do Semiárido Brasileiro. Um documento que trata do desenvolvimento sustentável e do acesso à terra, à água e outros meios de produção no campo também no combate à seca.

Articulação na região semiárida

O conjunto de três mil organizações que formam a ASA criou o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido, que inclui o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), o Programa Cisternas nas Escolas e o Programa Sementes do Semiárido.

O P1MC nasceu em 2001 com o propósito de garantir a convivência com o Semiárido, uma vida sustentável e harmoniosa com o meio ambiente, além de estimular nos povos o papel de protagonistas em suas vidas. O Programa atingiu a meta de construção de 1 milhão de cisternas de placas de armazenamento de água para beber e cozinhar no Semiárido, bem como o propósito de promover formação para as famílias. A política pública de acesso à água alcançou cerca de 5 milhões de pessoas.



Foto: Ana Lira / Acervo ASA

Foi necessário ampliar o estoque de água para a criação animal, para a produção de alimentos e os cuidados com as sementes crioulas. Por isso foi criado o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), em 2007. Toda água captada da chuva é armazenada em tecnologias como a cisterna-calçadão, a cisterna-enxurrada, barragem subterrânea, o barreiro-trincheira e o tanque de pedra.

O P1+2 é uma política pública que cuida da soberania e segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras. Ambos os programas apontaram novas perspectivas de vida para as famílias, colocando-as na condição de protagonistas de uma política pública de acesso à água.

A partir de um processo de mobilização, de seleção e de cadastramento, as famílias agricultoras participam de atividades de capacitação em que são realizados cursos de Gerenciamentos de Recursos Hídricos (GRH), Gerenciamento de Água para Produção de Alimentos (Gapa), Sistemas Simplificados de Manejo de Água (Sisma), Gestão Comunitária da Diversidade de Sementes, Gestão de Estoques nos Bancos de Sementes, além das visitas de intercâmbio para troca de experiências entre agricultores e agricultoras.

Ainda há a sistematização de experiências através do *Boletim O Candeeiro*, publicação impressa e online em que as famílias contam suas histórias de vida para que possam servir de inspiração para a vida de outras famílias do Semiárido.

Recentemente, o P1+2 foi ampliado com recursos do projeto Fomento. As famílias agricultoras em situação de extrema pobreza e pobreza foram contempladas com recursos para investirem na manutenção de práticas como criação animal, cultivo, infraestruturas. Trata-se de uma política que garante o aumento da produção das famílias, que passaram a produzir alimentos para seu próprio sustento e para comercialização dos excedentes em feiras agroecológicas nos municípios. O que tem gerado renda extra e trabalho. O trabalho da ASA também conscientiza as famílias para não usarem agrotóxicos em suas plantações. Assim, garantem alimentos livres de venenos e próprios para o consumo e a conscientização das famílias sobre males e doenças causados pelos agrotóxicos.

Os avanços e conquistas para as populações do campo e da cidade, com a ampliação dos programas sociais e produtivos dos programas de cisternas para a primeira e segunda água, além de Ater, Ater Mulher, Ater Agroecologia, Bolsa Família, Luz para Todos, Pronaf⁷, Prouni, Pronera, Garantia Safra e outros, retiraram o Brasil do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas.

Foram quase duas décadas de construção e implementação de políticas que fizeram o Brasil sair do Mapa da Fome em 2014⁸. Em 2019, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) lançou o relatório *O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo*, que indicou uma curva da desnutrição no Brasil em crescimento. A diminuição do orçamento de políticas agrárias e de redistribuição de terras e de renda fez crescer o número de pessoas em situação de extrema pobreza, com renda inferior a R\$ 230 por mês, situando o Brasil novamente no Mapa da Fome.

Tal contexto passa a atingir majoritariamente as populações rurais, oferecendo, entretanto, condições para se experimentar soluções baseadas no acúmulo do trabalho em políticas públicas desenvolvidas por um conjunto de organizações sociais não-

governamentais que executam políticas públicas no Semiárido. Surge assim o projeto piloto P1+2 Fomento, voltado para famílias em situações de extrema vulnerabilidade social, perfil de famílias que, além de extrema pobreza (vivendo com recurso de até R\$ 170 mensais), muitas vezes moram em isolamento geográfico, com pouco acesso à terra para produção (um dos desafios elencados para a implementação das tecnologias) e alijadas de acesso a outras políticas públicas. Também se encontram nesse perfil comunidades tradicionais ribeirinhas, indígenas e quilombolas, o que exige uma abordagem mais direcionada para esse público. Abordaremos no próximo capítulo a experiência do projeto, bem como seus métodos e técnicas.

7 - O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado em 1996. O PRONAF fortalece a produção da agricultura familiar através de dez linhas de créditos individuais ou coletivos com baixas taxas de juros. Fonte: Cartilha Políticas Públicas para os Povos do Semiárido, Governo do Ceará, 2017.

8 - De acordo com notícia publicada no site *Justificando* em 22 de julho de 2019, Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/07/22/relatorio-da-onu-indica-que-fome-no-brasil-que-antes-diminuia-voltou-a-crescer/>.

Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA





METODOLOGIAS DA ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA)

Os pilares da metodologia da Rede ASA têm como base a agroecologia, a justiça social, a comunicação, os direitos humanos, a identidade dos povos e a cultura local. Assim, a água que parecia escassa, foi partilhada entre milhares de famílias agricultoras. De intercâmbio em intercâmbio, a cada passo adiante, os programas de convivência com o Semiárido construídos e executados pela ASA garantiram processos de formação e fizeram as famílias compreenderem que o acesso à água é um direito e que cada cisterna construída significava uma conquista.

No que diz respeito à mobilização, a ASA desenvolveu uma metodologia em que as famílias mudaram a visão de recebedores de benefícios governamentais para serem parte importante do processo. As iniciativas não são entregues prontas e acabadas, pois há participação coletiva.

No Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), as comissões municipais conduzem as etapas de seleção das famílias agricultoras e acompanham a construção das cisternas de placas de acesso à água para consumo humano junto às assessorias técnicas das organizações da Rede. A seleção possui critérios elencados pelo P1MC e exige que as famílias estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do governo federal. Após a seleção, as famílias vivenciam o curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos (GRH) para aprender a cuidar da cisterna e da água.

A partir da interação no curso, as famílias rurais começam a construir coletivamente um olhar crítico a respeito da realidade local. Estabelecendo, assim, a percepção de que é possível conviver com a realidade de secas e se preparar para os períodos de falta de água. Com isso, homens e mulheres de comunidades rurais têm a oportunidade de complementar a renda com a construção de cisternas de 16 mil litros nas casas das famílias. Aprendem a profissão de cisterneiros e cisterneiras e passam a viajar para outras comunidades e lá ensinam a técnica de construção.

No que diz respeito ao acesso à água para produção de alimentos, desde o princípio do P1+2 foi adotada a metodologia *Campesino/a a Campesino/a*, que valoriza o

intercâmbio de conhecimentos entre os povos do Semiárido. A metodologia surgiu na década de 1980 em países latino-americanos, em contraposição ao modelo da Revolução Verde, difundido nas décadas de 1960 e 1970 no mundo. A metodologia do P1+2 consiste em fortalecer os processos educativos, políticos e de organização para promoção da autonomia de famílias agricultoras na busca do desenvolvimento local. A partir da valorização do saber dessas famílias, que são os maiores conhecedores da realidade da região.

O processo formativo tem como base os princípios da educação popular, na qual o conhecimento é horizontal entre entidades, assessorias técnicas, agricultores e agricultoras familiares. Os povos do Semiárido também promovem o conhecimento, que é visto como uma via de mão dupla. A metodologia para selecionar as famílias adota os seguintes critérios⁹: as necessidades de água de cada comunidade; o local de construção das tecnologias nas propriedades é analisado por membros das comissões municipais; renda per capita de até meio salário mínimo; inscrição no CadÚnico; Número de Identificação Social (NIS); ter a cisterna de 16 mil litros, ou seja, acesso à água para consumo humano.

Algo que merece ser destacado é a participação das famílias nas formações para a convivência com o Semiárido, as capacitações em Gapa e Sisma. No curso de Gapa, as famílias contam sobre as plantas cultivadas no arredor de casa, como fruteiras, hortaliças e as de uso medicinal. Outra iniciativa relevante é a prática de fazer seus próprios defensivos naturais, os cuidados com a fertilização do solo e a constituição dos Fundos Rotativos Solidários¹⁰.

Após a tecnologia ter sido implementada, o próximo passo será as famílias participarem do curso de Sisma. O que ocorre é que há uma atividade prática em que agricultores e agricultoras familiares montam um sistema de aguamento simples para uso da água com economia em suas propriedades. A ideia é fazer com que percebam como a água pode ser aproveitada no aguamento das plantas do quintal, para dar aos animais e para os cuidados com as sementes crioulas e seus bancos de armazenamento.

Com a metodologia é possível identificar que o conjunto de capacitações une a prática e a teoria em prol do desenvolvimento local. Quando articuladas e mobilizadas, as comunidades rurais são parte da mudança no Semiárido. Os próprios pedreiros que atuam na construção das tecnologias sociais são inseridos nas discussões sobre temas ligados à convivência com o Semiárido, já que estão em contato com as famílias moradoras das comunidades.

A comunicação popular é mais uma estratégia aliada na mobilização de famílias agricultoras. A partir das sistematizações de experiências de convivência com o Semiárido, as histórias de vida, técnicas e práticas das famílias são contadas em boletins impressos que são chamados de *O Candeeiro*. O boletim é produzido pela Rede de Comunicadores e Comunicadoras Populares da ASA como parte das ações do P1+2. Até o ano de 2020, mais de 3 mil Candeeiros já foram escritos e distribuídos entre as famílias.

Com os boletins foi possível divulgar as iniciativas de sucesso da agricultura familiar de base agroecológica. Histórias que raramente são contadas pela mídia convencional (TV, rádio, impressos, revistas, portais online de grupos de comunicação do país). O resultado do trabalho é visto quando as famílias se sentem valorizadas e há o reconhecimento de seus potenciais.

Outro aspecto importante é a socialização entre as famílias de *O Candeeiro*. A prática pedagógica possibilita que as histórias contadas inspirem outras famílias a seguirem pelo caminho da produção de alimentos saudáveis. Um outro



Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA

9 - Segundo informações do site da ASA, há também os critérios de seleção em caráter de prioridade, que são: famílias chefiadas por mulheres, que tenham crianças de 0 a 6 anos, e que estejam frequentando a escola; idosos e idosas rurais com mais de 65 anos; pessoas com deficiência física e/ou mental.

10 - Os Fundos Rotativos Solidários promovem a sustentabilidade econômica e autonomia das famílias agricultoras, seguindo princípios da agroecologia. As famílias podem escolher de forma democrática como será a gestão dos recursos coletivos. Definição de FRS extraída da página <http://aspta.org.br/2013/04/09/fundo-rotativo-solidario-um-instrumento-de-autonomia-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

produto de comunicação é o banner. Este instrumento também registra as experiências exitosas e agricultores e agricultoras costumam levar os produtos para feiras, eventos diversos e/ou expõem em suas propriedades nos momentos de receber intercâmbios.

Além de boletins e banners, há os gibis e as cartilhas de sistematização de conteúdo sobre a convivência com o Semiárido. São publicações que contribuem para momentos de debates, capacitações e processos formativos e aprofundam o olhar sobre o acesso à água das populações rurais, com ênfase na produção de alimentos. Outros temas transversais também são trazidos nas publicações da ASA, como os agroecossistemas a partir da perspectiva de mulheres rurais.

O Projeto P1+2 Fomento

O início do projeto piloto P1+2 Fomento, em 2018, trouxe como uma das principais mudanças para o Programa, além da inclusão do fomento, a implementação do Componente Produção Agroecológica. Para isso, foi construída a cartilha *Diagnóstico de Agroecossistema: um olhar ampliado sobre a trajetória das famílias no Semiárido*, além do *Manual de Orientação para Execução dos Componentes Produção Agroecológica do P1+2*. Esta é uma nova fase do Programa e para tanto foi necessária a adoção de uma nova metodologia que contemplasse políticas de Ater e de Fomento de acesso à água para produção de alimentos e criação de animais.

O material pedagógico construído atende aos requisitos fundamentais para diagnosticar a realidade dos agroecossistemas familiares. Entre as temáticas importantes foi identificada a necessidade de reafirmar o papel das mulheres dentro do agroecossistema. Por isso, assessorias técnicas de organizações da ASA estimulam a participação das mulheres na construção dos diagnósticos. O objetivo é de garantir uma compreensão mais realista de como ocorrem os processos de gestão nas propriedades. Embora as mulheres sejam as principais responsáveis pelos sistemas produtivos e reprodutivos nas propriedades, sabe-se que esses trabalhos são invisibilizados. Assim, a metodologia prioriza um diagnóstico em defesa de uma

sociedade mais justa e igualitária, ao revelar que o lugar da mulher na propriedade não é somente o espaço doméstico de cuidar das crianças e de cozinhar, por exemplo¹¹.

É durante a formação no curso de Gapa que a família constrói uma linha do tempo com as memórias de todos e todas no lugar. O início deve ser de um primeiro acontecimento que marcou a vida na propriedade, como o Ciclo de Vida (casamento, o nascimento de filhos/as, falecimentos); Capital Fixo (aquisição da terra, compra, herança); Produção Animal (chiqueiro, aprisco, curral, cercas); Sistema Peridoméstico (cisternas, canteiro econômico, fogão ecológico, hortaliças); Produção Vegetal (cobertura do solo, curvas de nível, biofertilizantes).

11 - Ver mais sobre isso no capítulo seguinte.

Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA



A composição da família também é discutida. É identificada a força de trabalho através das pessoas que trabalham nos agroecossistemas. Estes/as são classificados/as como trabalhadores/as integrais, parciais e/ou não participam. Para o diagnóstico da propriedade, a assessoria técnica, ou animador/a de campo, faz uma caminhada acompanhada da família. As famílias com apoio de técnicos/as ainda desenham um mapa da comunidade. Neste mapa, constarão todos os subsistemas produtivos da propriedade (roçados, criação animal, canteiros). O método também olha para o funcionamento do fluxo dos produtos (tudo que é consumido, doado ou vendido) e insumos (recursos para reprodução de subsistemas) que entram e saem das propriedades das famílias. É fundamental compreender como e para onde os produtos são comercializados. Neste ponto do diagnóstico é adotada caneta azul e vermelha para destacar produtos e insumos, respectivamente.

Por fim, mas não menos importante, são realizadas perguntas que auxiliarão a definir o projeto produtivo de cada família. O diagnóstico deverá identificar fatores que favoreceram a trajetória de inovação no agroecossistema; os fatores que limitam o desempenho técnico/produtivo, social, ecológico e/ou econômico; e as principais potencialidades do local.

A seguir veremos, de forma detalhada, o passo-a-passo de cada uma das etapas realizadas na execução do projeto.

Mobilização (Seleção e Cadastramento)

É o processo de escolha das comunidades e famílias que foram contempladas com a construção de uma infraestrutura do programa. Neste processo participaram as comissões municipais, as equipes técnicas e a comunidade em assembleia ou reunião.

A escolha das famílias obedece inicialmente aos mesmos critérios já estabelecidos, ou seja, mulheres chefes de família; existência de crianças de zero a seis anos de idade; crianças e adolescentes matriculados e frequentando a escola; adultos com

idade igual ou superior a 65 anos, portadores de necessidades especiais, ter renda per capita familiar de até meio salário-mínimo; estar inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais ([CadÚnico](#)); ter Número de Identificação Social (NIS), e para o caso das famílias beneficiadas pelo fomento, ter renda mensal de R\$ 170,00 reais; possuir cisternas de água para consumo humano; ser beneficiada ou vir a ser com prioridade no caso de extrema pobreza. Por se tratar de tecnologias de produção de alimentos, a estes critérios agregam-se outros como características de solos, formação rochosa, melhor localização para as implementações, tamanho da área, existência de condições para construção, proximidade com os sistemas produtivos.

No P1+2 Fomento, no entanto, teve um diferencial na Seleção e Cadastramento das famílias, devido a uma pesquisa que realizada em parceria com a PUC e com o Ministério da Cidadania. De forma geral, as Comissões Municipais selecionavam várias comunidades que eram sorteadas e três deles ficavam como grupo de controle, que não podiam ter famílias beneficiárias. Antes do sorteio, a Comissão também definia uma comunidade prioritária, que, com certeza, estaria no grupo de comunidades. As outras eram sorteadas.

Capacitações das Comissões Municipais

Esta capacitação tem o objetivo de apresentar às Comissões Municipais formadas por organizações da sociedade civil dos municípios, a exemplo de igrejas, sindicatos, associações, entre outras, o Programa Uma Terra e Duas Águas, suas características e os critérios pré-definidos de escolha das comunidades e das famílias para acessar o programa.

Capacitações Técnicas

As capacitações são momentos de formação e informação e são direcionadas a envolver todos os atores que participam do programa: famílias, comissões municipais, pedreiros, pedreiras e equipes técnicas. Todas as famílias selecionadas e cadastradas participam dos cursos de Gapa e Sisma.



Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA

Gestão da Água para Produção de Alimentos (Gapa)

Os Gapas são momentos nos quais as famílias refletem junto com as demais famílias da comunidade sobre as estratégias de manuseio e gestão das aguadas disponíveis em seus sistemas de produção, para além das construídas pelo P1+2. Durante os cursos de Gapa, as famílias se apropriam de conhecimentos sobre o manejo da água no arredor de casa, os cuidados com a horta, as plantas medicinais, o uso dos defensivos naturais, a fertilização do solo, o acesso aos fundos Rotativo Solidário, entre outros assuntos. São feitos também esclarecimentos sobre o Fomento e o Caráter Produtivo, Avaliação e sensibilização sobre de aprofundamento do estudo dos agroecossistemas para elaboração do projeto produtivo, agendamento do Diagnóstico do Agroecossistema com as famílias.

No P1+2 Fomento também foi um momento para realizar Diagnósticos Comunitários, onde se trabalhava a linha do tempo da comunidade e o mapa da comunidade, buscando a história da comunidade, os recursos comunitários, como as

aguadas. O Diagnóstico Comunitário serviu tanto para trabalhar questões comunitárias em si como pra preparar as famílias pra os Diagnósticos Familiares, principalmente em termos de metodologia. Muitas organizações já orientavam as famílias a irem refletindo sobre sua história, anotando coisas que se lembrasse e muitas vezes já irem desenhando os mapas, que seriam revisitados nas visitas às propriedades.

Outro ponto importante é que muitas organizações já começam a trabalhar no Gapa dinâmicas sobre o trabalho da mulher, para ir discutindo os trabalhos domésticos e de cuidados, mostrando que a mulher está em todos os espaços de trabalho do agroecossistema, etc. Então, esse também já é um tema que aparece muitos nesse momento inicial.

Diagnósticos de Agroecossistema

O Diagnóstico tem por objetivo aprofundar a leitura sobre os agroecossistemas com vistas a qualificar o diálogo e a reflexão junto com as famílias sobre as oportunidades que se abrem com a implementação da infraestrutura hídrica apoiada pelo projeto, bem como produzir subsídios para a elaboração do projeto produtivo. Para tanto, o diagnóstico é realizado com o auxílio de um instrumental metodológico especialmente elaborado para esse fim, explorando elementos como: composição do núcleo familiar, capacidade de trabalho e organização e divisão das funções entre os membros da família; trajetória da família e do agroecossistema — linha do tempo; acesso à terra e formas de apropriação e uso; estrutura e funcionamento do agroecossistema —, mapa da propriedade e análise das interações internas e externas — fluxos de insumos e produtos; composição dos subsistemas e estimativa de produção e destinação (autoconsumo, doação e venda), infraestrutura hídrica — capacidade de armazenamento e usos prioritários dos diferentes reservatórios; análise dos agroecossistemas — principais fatores que favoreceram a trajetória de inovação, principais fatores que limitam seu desempenho e potencialidades. Essa atividade é realizada a partir de visitas às famílias e por meio de entrevistas semiestruturadas envolvendo o maior número possível de membros da família.

Sistemas Simplificados de Manejo da Água (Sisma)

Esta capacitação acontece depois do diagnóstico do projeto produtivo voltada para as famílias que acessam o programa a partir da cisterna-calçadão, cisterna-enxurrada e barreiro trincheira diretamente associada à estratégia do programa de potencializar a implantação do caráter produtivo e fomento ao fortalecimento dos quintais produtivos.

Nesta capacitação se fortalece a reflexão coletiva sobre os ensinamentos gerados pelos diagnósticos realizados junto às famílias (principais limitações e potencialidades identificadas); Apresentação do Componente Produção Agroecológica nas modalidades Fomento Produtivo e Caráter Produtivo, Refletir coletivamente sobre Projetos Produtivos para intensificar a Produção Agroecológica, Agendamento de visitas técnicas de elaboração do Projeto Produtivo, atividades de campo com as famílias para montar um sistema simplificado de aguamento que funcione com economia de água como técnicas simples que possibilitam às famílias o uso racional da água, por exemplo.

Espera-se que ao final da capacitação as famílias possam estar aptas a instalar seus próprios sistemas simplificados, sendo de responsabilidade das equipes acompanharem os primeiros momentos desta atividade.

Projeto Produtivo

Tal atividade tem por objetivo elaborar o Projeto Produtivo das famílias beneficiárias para as duas modalidades de apoio: o Caráter Produtivo e o Caráter Produtivo Fomento. No caso da modalidade fomento, a aprovação do projeto é condicionante para a solicitação da primeira parcela. Trata-se de um processo de formulação participativo, produto do diálogo entre o/a técnico/a e membros da família beneficiária.

Para tanto, a Elaboração do Projeto Produtivo é realizada com o auxílio de um instrumental metodológico especialmente formulado para esse fim, explorando os seguintes elementos: resgate com a família sobre principais ensinamentos do

Diagnóstico e inspirações para o aprimoramento do desempenho produtivo do agroecossistema; novas oportunidades de uso e manejo das águas associadas à infraestrutura aportada pelo P1+2 (refletindo com a família, com auxílio do mapa produzido no Diagnóstico, sobre as novas interações, reflexos e impactos que a implementação da nova infraestrutura deve produzir no agroecossistema); estudo sobre opções potenciais de valorização do Fomento ou do Caráter Produtivo para dinamização produtiva dos agroecossistemas; escolha das opções prioritárias e elaboração do Projeto Produtivo.

Capacitações dos Pedreiros e Pedreiras

As capacitações são organizadas para capacitar 10 pedreiras/os num período médio de 10 dias, destinando uma capacitação por organização. Cada participante recebe um kit contendo materiais específicos para a atividade da construção, tais como formas para as placas, colher de pedreiro, trena, dentre outros. Coordenadas por um instrutor ou instrutora, pedreiro e/ou pedreira experiente.

Os cursos oferecem momentos teóricos e práticos em que são discutidas as tecnologias específicas como elemento central da convivência com o Semiárido, além do destaque dado ao papel das famílias no programa. De forma contextualizada, estas capacitações permitem que, no final de cada ciclo, pedreiros e pedreiras estejam aptos/as a construir estas implementações de forma prática e segura, garantindo uma ação multiplicadora que permita a reaplicação das tecnologias trabalhadas.

Visitas de Intercâmbio entre Agricultores e Agricultoras Familiares para Multiplicação de Experiências

Os intercâmbios são momentos de troca de experiências e permitem que agricultores e agricultoras conheçam experiências de outros/as agricultores e agricultoras, que podem ser experimentos realizados no mesmo município em que vivem, como podem

realizar essa experiência nos estados vizinhos. Estes intercâmbios favorecem interações e permitem a valorização das agricultoras e agricultores como inovadores/as técnicos/as e sociais e, portanto, detentores/as de conhecimentos e experiências.

Esse momento foi pensado em duas etapas: no primeiro ano do projeto fizeram parte dos intercâmbios 6.821 agricultores e agricultoras, incluindo todas as pessoas que participam do programa, sejam famílias do caráter produtivo e do fomento. No segundo ano, participam 2.380 famílias no processo de intercâmbio, ou seja, apenas as famílias do fomento.

Os Intercâmbios no segundo ano tiveram uma lógica um pouco diferente também. Porque era necessário que uma organização visitasse outra. Agricultores/as de fomento de um lugar, acompanhados por uma organização, visitavam outros acompanhados por outra organização. E era necessário que visitassem pelo menos uma família de fomento de cada município da organização. Assim, cada organização mobilizou pelo menos uma família de fomento de cada município, conversou, dialogou, sistematizou a experiência de uma delas e preparou pra receber outras famílias.

Eram famílias que haviam iniciado a produção há pouco tempo e que tinha perfil de pobreza ou extrema pobreza, mas esse segundo intercâmbio tinha o objetivo também de mostrar o potencial das famílias de fomento, de quebrar o isolamento social dessas famílias, etc.

Dos intercâmbios participaram efetivamente todas/os os/as agricultores e agricultoras beneficiados/as do projeto, além das instituições envolvidas, representantes de comissões municipais e dois técnicos e/ou técnicas das organizações. Ao retornar destes intercâmbios, muitas das inovações vistas foram testadas e adaptadas à realidade das famílias agricultoras. Estes processos contribuíram para a mobilização, divulgação e expansão das experiências de convivência com o Semiárido.

Produção Agroecológica

O Componente Produção Agroecológica foi incorporado aos demais componentes do projeto com o intuito de aprofundar o olhar para o agroecossistema familiar, apontando as potencialidades dentro do agroecossistema a partir do mapa da propriedade, história de vida das famílias e os fluxos dos insumos e produtos das propriedades. A partir da estratégia do diagnóstico e projeto produtivo será possível estabelecer um planejamento estratégico para a construção do caráter produtivo e o caráter produtivo fomento. Todas as famílias têm o diagnóstico do agroecossistema elaborado, assim como o projeto produtivo. O parecer técnico e atualização do parecer técnico são realizados apenas para as famílias com critério para receber o fomento. Sobre ele, detalharemos mais no próximo capítulo.

Foto: Luna Almeida / Acervo ASA



Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA



Parecer Técnico de Execução de 1ª parcela

Essa atividade se destina ao acompanhamento da execução da primeira parcela do **Fomento** pela família. De posse do Projeto Produtivo, o/a animador/a visita a família beneficiária para observar e avaliar se a implementação planejada para a primeira parcela foi efetuada de forma satisfatória. Na oportunidade, o/a animador/a planeja com a família a execução da segunda parcela. Foi elaborada uma ficha específica para essa atividade que permite que essas informações sejam registradas. A ficha devidamente

preenchida se constitui como instrumento para a solicitação da autorização para a liberação da segunda parcela.

A elaboração deste parecer técnico, assim como a sua aprovação pela equipe técnica, é condicionante para liberação da segunda parcela do fomento pelo MDS, a partir daí as famílias começam a realizar as compras dos itens planejados no projeto produtivo para implementar o projeto.

Parecer Técnico de Execução de 2ª parcela

Essa atividade se destina a avaliar a finalização da execução da segunda parcela do fomento pela família. De posse do Projeto Produtivo, o/a animador/a visita a família beneficiária para observar e avaliar se a implementação planejada foi efetuada de forma satisfatória. Uma ficha especificamente elaborada para essa atividade permite que essas informações sejam registradas. A ficha devidamente preenchida se constitui como instrumento de ateste da execução do Fomento Produtivo.

Atualização do Diagnóstico de Agroecossistema

A Atualização do Diagnóstico tem por objetivo promover uma primeira avaliação das inovações nas práticas de gestão do agroecossistema após a implementação do P1+2 Fomento. Permite identificar as evoluções ocorridas nos períodos associados ou não ao programa, assim como produzir uma primeira análise de impacto.

Para tanto, a atualização do diagnóstico será realizada com o auxílio de um instrumental metodológico especialmente elaborado para esse fim. Seus conteúdos visam fazer uma revisão dos elementos já abordados no Diagnóstico, buscando apontar o impacto das mudanças ocorridas, tais como: composição do núcleo familiar, capacidade de trabalho e organização e divisão das funções entre os membros da família — alterações ocorridas na organização do trabalho; inovações na trajetória da família e do agroecossistema — complementações na Linha do Tempo; acesso à terra e formas de apropriação e uso; estrutura e funcionamento do agroecossistema — mapa

da propriedade e análise de interações internas e externas; identificação dos novos fluxos de insumos e produtos; inovações na composição dos subsistemas e estimativa de produção e destinação (autoconsumo, doação e venda), infraestrutura hídrica — ampliação na capacidade de armazenamento e inovações nos usos prioritários dos diferentes reservatórios, avaliação qualitativa de impactos a partir de indicadores relevantes.

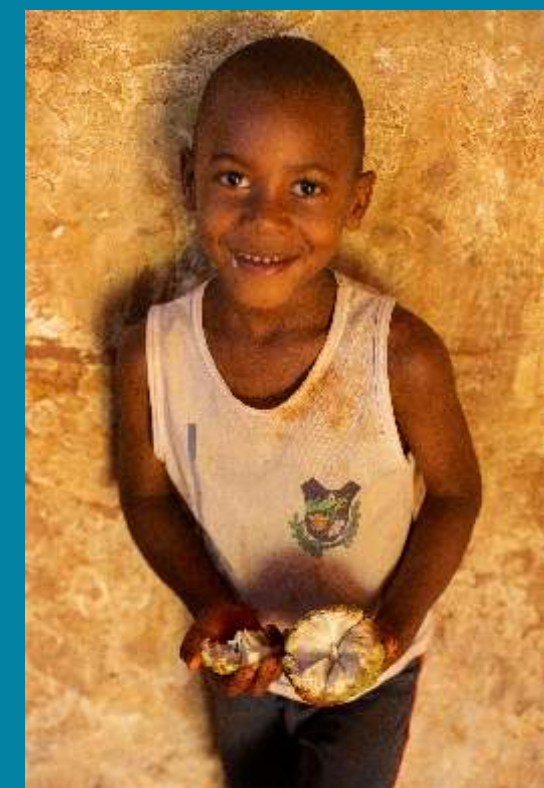
Essa atividade é realizada a partir de visitas às famílias e por meio de entrevistas envolvendo o maior número possível de membros da família.

Implementações (Tecnologias Sociais)

Conforme dito anteriormente, são infraestruturas de captação e armazenamento de água das chuvas com finalidade de potencializar a produção de alimentos. Apresentam-se como soluções simples, de baixo custo, práticas, fáceis, e adaptadas às condições de vida da população rural do Semiárido. Nesta parceria, foram destinadas às famílias do Semiárido as tecnologias sociais de Cisterna-calçadão (CC), Cisterna-Enxurrada (CE) e Barreiro-Trincheira (BT) levando em consideração as características do local onde vão ser implementadas e a sua interação com a estratégia utilizada pela família para produzir. No Projeto Fomento, foi necessário diferenciar as tecnologias próprias do projeto, criando numerações específicas. Assim, foram nomeadas Cisternas-Calçadão Fomento (CCF) e Cisternas-Enxurrada Fomento (CEF).

A implementação das tecnologias sociais cobra uma presença sistemática dos/das animadores/as de campo para que todo o

Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA





O COMPONENTE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA, UM DIFERENCIAL DO PROJETO FOMENTO

A integração do componente Produção Agroecológica no P1+2 surge com o objetivo de contribuir para aprofundar e compreender as dinâmicas sociais e produtivas dos agroecossistemas familiares. O instrumental metodológico proposto foi amplamente utilizado por algumas organizações da própria ASA e por outros parceiros, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Essa nova composição do Programa se insere em um momento de junção das políticas de Ater e de Fomento às de acesso à água para produção de alimentos e criação animal.

É uma oportunidade para que sejam elaborados e executados projetos produtivos, com base agroecológica, que sejam condizentes e verdadeiramente sustentáveis para as famílias do Semiárido.

Sem Feminismo não há Agroecologia!

A Agroecologia pode ser entendida como um modo de produção, uma maneira de se relacionar com a natureza, um movimento social ou como uma filosofia de vida. Seu objetivo essencial é: cultivar alimentos e criar animais de maneira sustentável, em comunhão com o meio ambiente e sem riscos à saúde humana.

Essa prática, no entanto, traz questões muito importantes que convergem com a vida no meio rural e também urbano. As relações de gênero no campo e na cidade, por exemplo, guardam diversas semelhanças. As divisões de trabalho são uma dessas convergências.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres tanto no campo quanto na cidade ganham menos do que os homens em todos os tipos de ocupações. Mesmo sendo a maioria da população, as diferenças nos rendimentos são, em média, 20,5% a para elas. Se for feito um recorte no âmbito do agroecossistema, a diferença chega a 35,8%, segundo a mesma pesquisa.

Ainda assim, elas são responsáveis por cerca de 40% da produção de alimentos no Brasil e mais da metade no mundo, conforme estudos da Organização das Nações

A integração do componente Produção Agroecológica no P1+2 surge com o objetivo de contribuir para aprofundar e compreender as dinâmicas sociais e produtivas dos agroecossistemas familiares. O instrumental metodológico proposto foi amplamente utilizado por algumas organizações da própria ASA e por outros parceiros, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Essa nova composição do Programa se insere em um momento de junção das políticas de Ater e de Fomento às de acesso à água para produção de alimentos e criação animal.

É uma oportunidade para que sejam elaborados e executados projetos produtivos, com base agroecológica, que sejam condizentes e verdadeiramente sustentáveis para as famílias do Semiárido.¹²

Sem Feminismo não há Agroecologia!

A Agroecologia pode ser entendida como um modo de produção, uma maneira de se relacionar com a natureza, um movimento social ou como uma filosofia de vida. Seu objetivo essencial é: cultivar alimentos e criar animais de maneira sustentável, em comunhão com o meio ambiente e sem riscos à saúde humana.

Essa prática, no entanto, traz questões muito importantes que convergem com a vida no meio rural e também urbano. As relações de gênero no campo e na cidade, por exemplo, guardam diversas semelhanças. As divisões de trabalho são uma dessas convergências.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres tanto no campo quanto na cidade ganham menos do que os homens em todos os tipos de ocupações. Mesmo sendo a maioria da população, as diferenças nos rendimentos são, em média, 20,5% a para elas. Se for feito um recorte no âmbito do agroecossistema, a diferença chega a 35,8%, segundo a mesma pesquisa.

Ainda assim, elas são responsáveis por cerca de 40% da produção de alimentos no Brasil e mais da metade no mundo, conforme estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Esse fato, no entanto, não reduz o

problema de que mulheres ainda não possuem os mesmos acessos a serviços de educação e financiamento agrícola, também segundo a representante da ONU.

Como parte do P1+2 e com o objetivo de contribuir para estruturação do projeto produtivo da família agricultora, o Projeto Fomento vem abordar duas principais vertentes. A primeira é o diagnóstico da família participante, que é observada pelo técnico responsável, a fim de que características como tipos de cultivos praticados pelos membros do núcleo, os hábitos alimentares, a linha do tempo da propriedade e outros aspectos sejam levados em consideração na hora de montar um plano de produção.

O outro é a entrega de fato do repasse financeiro, que vem para ajudar na construção de tecnologias, melhoramento das condições dos solos, de práticas de sistemas agroflorestais, do enfrentamento das questões climáticas, a fim de gerar autonomia de gestão da água e no armazenamento das sementes.

O projeto potencializou às famílias o valor de R\$ 3.000 para ser usado como fomento (pagas em duas parcelas únicas nos valores de R\$ 1.800 e R\$ 1.200), a partir da realidade de cada família, da orientação técnica e do que foi vivenciado nas capacitações. E, como diferencial, não havia restrição quanto ao uso dos recursos. Mas o projeto trouxe algo ainda mais valioso que o dinheiro: a visibilização do trabalho das mulheres e a participação delas no projeto produtivo da família.

Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA



Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA



12 - Ver mais em: ASA. **Cartilha Diagnóstico de Agroecossistema:** um olhar ampliado sobre a trajetória das famílias no Semiárido. Recife, 2019.

Visibilizar e apoiar o protagonismo das mulheres na construção dos diagnósticos de agroecossistemas, para além de um compromisso de transformação social, permite às equipes técnicas construir uma compreensão mais aproximada dos processos de gestão e inovação nas propriedades, afastando nosso trabalho de leituras errôneas. Além disto, a participação ativa das mulheres na aplicação do instrumental do diagnóstico nos compromete a combater a visão machista e patriarcal da nossa sociedade.

As mulheres se destacam com seu trabalho em diversos espaços dos agroecossistemas, agindo na gestão (direta, compartilhada e/ou muitas vezes não reconhecida) de quintais, roçados, criação de animais, no extrativismo e outros. Não são poucos os estudos e pesquisas que corroboram com a afirmação de que são as mulheres as principais responsáveis pela diversidade produtiva e reprodutiva de sementes, plantas, animais, práticas e inovações nos agroecossistemas.

Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA



Além destas grandes tarefas, historicamente a sociedade patriarcal ainda responsabiliza exclusivamente as mulheres por trabalhos como o cuidado com a casa, com filhos, filhas e pessoas idosas, o que impõe às mulheres jornadas de trabalho duplas ou triplas. Perceber que elas exercem um papel de extrema importância dentro dos agroecossistemas e na manutenção das dinâmicas familiares nos cobra questionar a injusta divisão sexual do trabalho que penaliza meninas e mulheres.

É importante que o olhar que vamos desenvolver sobre o agroecossistema no diagnóstico esteja sensível e atento ao papel fundamental e, geralmente sobrecarregado, que as mulheres exercem na participação e na gestão da propriedade. Com esse olhar ampliado e sistêmico damos alguns passos para a construção de uma sociedade que considera e valoriza o trabalho das mulheres.¹³

Aprendizados sobre o Papel das Mulheres no Projeto Fomento

Como em outras práticas coordenadas pelos técnicos que visitam as famílias para os programas da ASA, as mulheres estão por todos os lugares dentro da cadeia do agroecossistema, não se limitando ao espaço da casa. Sua presença pode ser vista nos quintais, nas roças, nas vendas comercializando ou trocando produtos.

No início das visitas técnicas às famílias, muitas vezes as mulheres ficavam restritas à casa, não participando da montagem do projeto produtivo da família, por exemplo. Esse era o papel do homem, que tomava à frente para falar



Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA

13 - Ver mais em: ASA. **Cartilha Diagnóstico de Agroecossistema**: um olhar ampliado sobre a trajetória das famílias no Semiárido. Recife, 2019.

e decidir por todos os membros. No entanto, na medida em que as visitas eram feitas por mulheres técnicas, a relação estabelecida era alterada. Foi percebido que as mulheres começavam a relatar o dia a dia da família numa perspectiva de relacionamento, não apenas de interação no agrossistema. O tema da violência, por exemplo, era citado quando técnicas faziam as visitas às famílias. Além disso, o papel da mulher enquanto gestora acabou se tornando muito mais visível. Sua participação na economia da casa e da produção, quando da venda, da troca e do consumo dos alimentos e dos animais; da gestão da água para o uso da família e para a produção e, por consequência, da gestão da vida.

Ademais, foi percebida durante as visitas técnicas às famílias agricultoras participantes do Projeto Fomento que aquele também era um momento de reflexão da família em face à sua realidade, da distribuição do trabalho, do lugar das mulheres, do acesso a mercados, da dinâmica no agroecossistema.

Como o projeto é voltado para famílias sem grandes recursos financeiros ou de extrema pobreza, essas questões se tornam ainda mais latentes. As visitas também funcionam como um caminho de empoderamento das famílias e enfrentamento da pobreza a partir da percepção da importância do papel feminino no agroecossistema e, mais, da noção que elas mesmas têm do trabalho que exercem para que o núcleo familiar e produtivo funcione.



UM OLHAR SOBRE AS FAMÍLIAS DO SEMIÁRIDO

Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA



O coração renovou o respiro

(Ana Lira, Paraíba)

Há exatamente um ano eu saía de casa para um ciclo de dez dias pelo Semiárido cearense e pernambucano para acompanhar experiências agroecológicas em mais de cinco cidades. Lembro bem que, quando cheguei em Carnaúbas, Pernambuco, na penúltima etapa das atividades, eu me vi diante de uma das vivências que mais mexeram com meu coração.

A área era uma imensa pedreira e a família que ali estava desenvolveu nove tecnologias sociais, entre uso de água, biodigestor, forno, barragens e beneficiamento de frutas e outras diversas ações. Em vários momentos, eu me perguntei se voltaria a fotografar famílias com aquele nível de organização interna, parcerias e conexão com a comunidade da qual fazem parte, no Semiárido, no futuro.

Eis que me vejo, neste exato momento, deixando o Polo da Borborema, entre o agreste e o sertão paraibano, onde fotografei famílias que estão iniciando suas primeiras experiências de produção em maior porte após a chegada das cisternas de 52 mil litros (cisterna-enxurrada e cisterna-calçadão). Foi um presente incrível para o começo de 2020.

Primeiro, porque eu me perguntava sobre como manter as experiências que estavam em andamento e não deixar retrair as que já são referência. Segundo, porque ver o programa, ainda que com financiamentos mais apertados, expandindo para famílias que precisavam dar passos em direção à autonomia de produção, é sinal de que as articulações — com as demais instituições e as com as famílias — funcionaram. Dois presentes.

As cidades que visitei foram Casserengue e Esperança. Fotografei e conheci um pouco da história de seis famílias que experimentam — pelo simples fato de ter uma tecnologia que guarda água em maior quantidade — a satisfação de plantar e colher, de diversificar os plantios e até começar a vender o que produz pela generosidade do solo hidratado. Depois de três dias na Paraíba, percebo que o coração apertado de um ano atrás renovou o respiro.

Na comunidade de Cinco Lagoas, em Casserengue, fui recebida pelas famílias das irmãs Iracema Gomes e Marizete Ribeiro. Elas receberam as cisternas de produção pela nova etapa do programa e agora a área está em processo de reflorestamento com o plantio de fruteiras, hortaliças e ervas.

Iracema mostra a área com a família. Os pés de mamão crescem, aos poucos, na área de reflorestamento, que ela e o companheiro Genaro Lopes procuram regar todos os dias para que as árvores sobrevivam à temperatura alta que está fazendo nesta época do ano. “A gente está buscando maneiras de criar sombreamento para que os pés de coentro e tomate vinguem”, conta Iracema.

“Essa época do ano é muito quente e as hortaliças, quando saem na terra, acabam morrendo torradas. A gente tem que aguar todo dia e criar sombras. Os pés de frutas ajudam muito. A gente plantou mamão, goiaba, laranja, acerola, graviola, pinha, maracujá, romã, caju para criar essa sombra que precisa para as outras menores. A água da cisterna é uma benção”, diz Genaro.

Além das fruteiras, eles possuem criação de galinhas e criação de animais de maior porte, a exemplo dos porcos que estão sendo criados com bastante cuidado porque garantem uma boa renda para a família. Seu Genaro conta que com a venda de cada porco adulto, a família consegue apurar até 900 reais. “A gente vende o quilo por 9 reais e com o apurado a gente compra mais 2 pequenos para ir cuidando até a próxima vez de vender. O último que vendeu pesava uns 100 quilos”.

A família é numerosa e falante, verdadeira contadora de histórias. Apesar da vocação, nenhum dos idosos e das irmãs mais velhas teve condições de estudar. Por isso, eles celebram a entrada de Marizete, a irmã mais nova de Iracema, na universidade neste momento. Ela acabou de ser convocada pelo Sisu para o curso de Licenciatura em Matemática e a alegria está estampada no rosto de toda a família.

As experiências em Esperança foram igualmente delicadas. Visitamos Dona Inês Monteiro, em uma das manhãs, no Sítio Meia Pataca. Ela não cansava de repetir

“preciso agradecer essa água todo dia”, que garante o plantio das pequenas fruteiras, como o Maracujá que ela cultiva fazendo instalações criativas no quintal com cadeiras antigas e estruturas de madeira.

A água da cisterna vem da chuva, mas também de um Tanque de Pedra que fica no fundo da propriedade. “A gente já encheu a cisterna três vezes com a água desse tanque”, quando ficou muito tempo sem chover. “Agora ele está seco, mas ainda temos água para aguardar as chuvas”, ela conta.

Parte importante do que aprendeu e coloca em prática na comunidade foi participando dos intercâmbios. “É muito bom. Uma felicidade. A gente é bem recebido, come bem, bebe sucos gostosos, aprende com as famílias”, conta ela que já visitou experiências em Santa Cruz, Lagoa Seca e aguarda com carinho a visita à casa da agricultora Sandra Alice, a quem diz admirar.

Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA



Semiárido a partir da diversidade de famílias quilombolas, ribeirinhas e pesqueiras (Laudenice Teixeira, Rio Grande do Norte)

Viver no Semiárido brasileiro é saber lidar com a vida de forma muito peculiar. É saber apreciar a beleza a partir de um ângulo que nem sempre o belo passa pelo glamour do verde ou pelo azul cristalino da água. Nessa parte do nosso mapa há riquezas diferentes, vidas resistentes, humanas e não humanas. Um clima onde as chuvas são escassas e as estiagens perduram, por vezes, anos, mas a caatinga sabe ser resiliente e se deixa descobrir por quem sabe encontrar nela o melhor para se viver.

No Semiárido a vida pulsa em outras proporções. Ser daqui, estar aqui ou escolher ficar aqui, é um processo de aprendizado constante, é vivenciar experiências construtoras de saberes diversos, formulados na resistência. É assim em Assu, Sertão do Rio Grande do Norte, situado no Nordeste do Brasil. É nesse lugar onde a ASA acolheu agricultores/as familiares, ribeirinhos/as e quilombolas para seguir uma jornada rumo à melhor qualidade de vida no campo e nas águas, ainda que escassas.

A comunidade de Bela Vista de Piantó é um remanescente de quilombo, que fica no município de Assu, reconhecida há pouco tempo pela Fundação Palmares. Vivem nessa comunidade cerca de 200 famílias, que até quatro anos atrás viviam em casas de palha e taipa. A falta de chuvas e a escassez de água, apesar da comunidade estar situada no aquífero Assu, assim como o de Jandaíra, esses recursos hídricos ainda não estão à disposição dessa população, de forma que supra as suas necessidades, especialmente no que diz respeito à produção de alimentos. Não são os poderes públicos municipal e estadual que promovem as principais iniciativas de melhoria das condições de vida das famílias ali residentes. São as Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas do ramo da energia solar, que precisam diminuir seu impacto social, que procuram realizar ações de melhoramento de infraestrutura para os/as moradores/as da localidade.

A ASA chegou até Bela Vista de Piantó e executou o projeto piloto do P1+2 nos municípios de Assu, com os quilombolas, e em San Rafael, com a comunidade ribeirinha. Um desafio a ser vivenciado por todos e todas envolvidos/as na tarefa de

fazer, em dois anos, ações de melhorias nos seus agroecossistemas para que se tornassem referência e influenciassem outros programas com o mesmo formato.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais vem atender à reivindicação de famílias agricultoras e ribeirinhos que desejavam ter autonomia para definir as melhorias que desejavam para seu sítio, sua atividade pesqueira, assegurando sua cisterna-calçadão ou de enxurrada para armazenar água e produzir alimentos. Em Assu, a família de Franciane Bezerra e Edivan Costa encontrou nesse novo programa a possibilidade de retornar à roça para produzir seu alimento e criar seus animais. A terra de Franciane, com cerca de dois hectares, herdada do seu pai, não tem nenhuma fonte de água a não ser as de acúmulo como a cisterna de 16 mil litros, água de beber, e a cisterna-calçadão, uma conquista do novo projeto com fomento.

Nascida e criada na comunidade, Franciane precisou ir morar com o companheiro na cidade, vindo para o sítio nos finais de semana, já que não tinha como viver no local, pois não havia como produzir sem água. “Por não tá morando aqui na terra o tempo todo, eles disseram que a gente não teria direito a esse projeto. Eu disse que queria uma qualidade de vida melhor e voltar a ficar na minha terra”, conta Franciane Bezerra, que também é presidenta da Associação Comunitária de Bela Vista de Piantó, onde se dedica buscando melhorias para a comunidade. Para não perder a oportunidade de ter sua cisterna e ainda um fomento para investir na propriedade, o casal largou a cidade e veio se acomodar na pequena casa do sítio e preparar sua terra.

“Quando chegou aqui o técnico, não existia nada disso não. Aqui era uma cabeça sem cabelo”, diz Edivan para cerca de 32 agricultores/as do município vizinho, João Câmara, que estavam na visita de intercâmbio em sua propriedade e da esposa. Em menos de um ano já se têm 70 pés de coco, 500 raquetes de palma, caju, umbu, mamão, várias espécies de forrageiras, aves como peru, guiné, galinhas, além de porcos e ovelhas, dentre outras. Só de ovos, eles comercializam 600 por semana, além de galinha abatida. Edivan informa que já existem mais de 300 espécies no seu agroecossistema, que ele faz *aguação de salvamento* todos os dias, com balde de água, para não perder, já que a estiagem é grande e o sol tem castigado a plantação.

No Semiárido, a vida sempre pulsa e se impulsiona por ações e programas que valorizam os processos de construção coletiva e as identidades diversas, os avanços acontecem e os aprendizados vão se passando de campesino/a a campesino/a num logo caminho de saberes construídos. Olhar o Semiárido a partir da diversidade existente nesse clima, nas tantas vidas que habitam essa região, faz a diferença.

A família de Edivan e Franciane foi a que recebeu a primeira visita de formação, no Rio Grande do Norte, para que se compreendesse como se daria o processo de acompanhamento ao projeto piloto durante sua execução. O formato que usa várias ferramentas como o diagnóstico e o mapa da propriedade, a linha do tempo e das relações afetivas existentes no agroecossistema da família agricultora, além dos fluxos existentes na propriedade (os insumos que entram e saem, o quintal produtivo, os recursos hídricos existentes, galinheiro, área de plantio, etc.). Tudo sendo feito com a família, numa construção coletiva de conhecimentos agroecológicos, tendo o técnico o papel de mediador da metodologia.

Ao compreender a sua propriedade como um todo, a família consegue entender onde há potencialidades para fazer o investimento com o recurso do fomento. Ela mesma define como gerir o recurso apresentando o seu projeto de melhoria da propriedade, a partir do diagnóstico realizado e observando o que mais é necessário para fazer as melhorias desejadas. Na finalização do projeto, que é de dois anos, o diagnóstico é atualizado para observar os avanços e progressos da família nas práticas adotadas e decisões tomadas no início do processo. No caso da família de Franciane, a primeira parcela do fomento foi destinada a melhorar a cerca da propriedade que precisava de conserto. A outra parcela serviu para potencializar a criação animal comprando porcos, construindo a pocilga e melhorando o galinheiro.

Todas essas informações e histórias foram compartilhadas com as famílias agricultoras que estavam no intercâmbio trocando experiências com Edivan e Franciane. É no intercâmbio que, além das trocas de conhecimentos, há uma construção de relações que ultrapassam, por muitas vezes, o território onde essas famílias estão. É também um espaço de libertação para as mulheres, pois muitas encontram no intercâmbio a

oportunidade de sair do seu local, do seu agroecossistema e conhecer outras realidades e que, por muitas vezes, abrem oportunidade para essas mulheres participarem mais ativamente de conselhos, sindicatos, associações, potencializando seu protagonismo nos diversos espaços de participação e construção de políticas públicas para o campo e para as mulheres. “Os intercâmbios estão servindo para nos orientar, ensinar novas técnicas que a gente não sabia, aprender novas coisas como a compostagem orgânica, e com a vinda da cisterna-calçadão melhorou muito a vida da gente”, nos conta Petrúcia Silva Avelino, pescadora da comunidade de Caraú, do município de San Rafael.

Porém, um destaque grande vem por parte das famílias pescadoras ribeirinhas. Elas tinham bastante dificuldade de acessar as tecnologias da ASA, já que sua identidade não é de agricultoras familiares, sempre ficavam de fora dos Programas do P1+2, caso não optassem pela produção agrícola. “Esse projeto foi muito bom pra gente, porque ele nunca tinha sido adaptado pra pesca, no caso da gente. Em Caraú a comunidade é ribeirinha e tem agricultor e pescador. A gente não quer perder a nossa identidade de pescadora e o projeto permitiu a gente poder comprar mais rede para pescar, canoa, motor. A gente ficou muito livre pra escolher onde investir. Fiquei muito feliz, foi um dos melhores projetos que a gente já teve e verdadeiramente ele não vai nos beneficiar só agora”, destaca Ana Neri, presidenta da Associação de Pescadoras de Caraú.

Um colorir de sonhos, a partir das crianças

(Luna Almeida, Bahia)

Na folha de papel, a menina Riana, de sete anos, rabisca as linhas da estrada de chão batido da comunidade Inchú no distrito de Paraíso, onde mora, indicando o caminho até chegar à casa da sua família. Ao abrir da porteira, sob o olhar de menina que colore seu mundo das cores com as quais o vê. A casa, pintada de lilás com o lápis de cor. Árvores de copa verde e caule marrom, como o quipé que faz sombra ao lado da casa.



Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA

Nuvens azuis, num dia de sol radiante. E a cisterna com o calçadão? Coloriu de verde. É da cisterna que vem grande parte da água usada por ela, os irmãos Alison, de 13 anos e Gabriel, de 12 anos, seus pais Heliana, de 44 anos e Gidiel, de 38 anos, no quintal e em atividades da casa.

Talvez o desenho não estivesse com tantas tonalidades antes da construção da cisterna na propriedade da família, em 2018. “Eu fiquei tão eufórica que disse que a partir de hoje eu não trabalho mais pra ninguém”, narra Heliana lembrando a felicidade do momento em que soube da possibilidade de ter água em grande quantidade (52 mil litros) para plantar sua horta ao lado de casa. “E perguntei: tem certeza que vai fazer (a cisterna)?”. Heliana não foi a única a duvidar. Acostumados a promessas soltas de políticos, outros moradores e moradoras da comunidade diziam que ir às reuniões era perda de tempo.

Antes, a família precisava se deslocar para buscar água em outra propriedade com auxílio da carroça puxada por animais e o plantio de hortaliças costumava ser em uma comunidade mais distante, atravessada por um rio. Já no entorno da casa, na comunidade Inchú, plantavam no mês de agosto, com as trovoadas, roça de milho, feijão, melancia e abóbora, voltados para o consumo, e a mamona para venda. A família lembra também que ao lado da casa tinha cerca de vinte pés de aipim. Além de trabalhar na propriedade, Heliana e Gidiel já se dividiam também entre trabalhos fora para complementar a renda.

“O que eu tenho buscado agora é não precisar comprar tanto. Com o acesso à água, eu tenho o espaço pra plantar perto de casa. A gente quer poder tirar o sustento daqui mesmo”, conta a agricultora sobre as expectativas e sonhos, tanto ela como o esposo já precisaram morar na cidade para trabalhar e desde 2015 voltaram a se fixar na comunidade Inchú. Com a cisterna-calçadão, a família optou por investir ainda mais no plantio de alimentos agroecológicos e também na criação de animais no entorno da casa.

"Eu nunca nem imaginava que íamos ter criação de porcos", relatou Gidiel. Venderam as ovelhas que tinham para começar a criar porcos e aproveitaram o recurso financeiro do fomento para fazer o chiqueiro, continuar a produção de milho e feijão, principalmente para o consumo, e cercar a área próxima da cisterna, onde passaram a plantar, além do milho, feijão e mamona, variedades de hortaliças, plantas medicinais, mudas de flores e aumentaram a produção de fruteiras.

Estruturaram ainda o galinheiro e aumentaram a criação de aves. Foi assim que a rotina da família foi se modificando. Heliana passou a acordar mais cedo, ao nascer do dia. Geralmente acompanhada da menina Riana, irriga a horta e o pomar próximo do calçadão da cisterna, onde tem um canteiro com alface, coentro, tomate e outras leguminosas que garantem uma alimentação saudável e que deixaram de comprar em feiras. Também colocam água e alimento para as aves no galinheiro.

Em grande parte da semana, a agricultora tem se dedicado ainda à produção de alimentos beneficiados em uma casa de farinha na comunidade, vendendo o dia de trabalho. Já Gidiel zela os cavalos e também costuma vender o dia de trabalho em propriedades vizinhas. Ambos têm o desejo e confiança de que logo vão conseguir deixar de trabalhar fora e se dedicar ainda mais à propriedade, nas produções da horta, pomar, plantas medicinais e criações de animais.

Atividades em que os meninos Alison e Gabriel acompanham. Por vezes, os tratos com a criação de porcos são responsabilidades deles, assim como buscar lenha. Eles e Riana também fazem de manhã as tarefas da escola em que estudam no turno da tarde.

É logo depois do almoço que seguem pedalando de bicicleta pela estrada de chão, sob o sol, sentindo o vento, enquanto contemplam tudo ao redor. A menina Riana aproveita. Afinal, talvez alimente dentro de si, e na sensibilidade de artista, a esperança de alcançar os sonhos, dela e da família. E quem sabe o seu próximo desenho do lugar em que vive tenha um colorido ainda mais vibrante.

“Eu passo pelo que passo e dou risada”

(Nilmar Lage, Minas Gerais)

“Meu sonho era plantar alface, todo mundo planta alface e dá”. Em pleno 2020 esse foi o relato, quase um desabafo, dado por Rosilene Borges em Varzelândia, norte de Minas Gerais. A família de Rosilene é uma das assistidas pelo P1+2. Mulher de fibra, ela tem 46 anos e é mãe de sete filhos, o mais novo está com um ano e meio e é ela quem cuida da casa, do bebê e dos outros dois filhos menores: Bruno de 9 anos e Bruna de 12 anos. O marido e três filhos estão trabalhando em São Paulo, na data da nossa conversa havia mais de três meses que ela não recebia notícias e nem ajuda deles. Contudo, Rosilene não se abate. Enquanto

conversávamos ela não perdia o foco no pequeno Samuel, cuidava do almoço e transbordava simpatia e alto astral.

A família mora na comunidade Cruzeiro, local onde Rosilene nasceu e cresceu. “Vixe moço, desde que eu nasci que eu vivo nessas terra aqui”. Ela disse que não é de sair muito, que prefere ficar em casa e cuidar dos afazeres. Ainda mais agora que é ela quem fica responsável por cuidar sozinha da família, tocar os benefícios do projeto e cuidar da horta. “Minha renda do bolsa família era R\$ 379. Meu menino que estava estudando foi para São Paulo e eu fui lá para recadastrar e meu recurso caiu para duzentos e pouco. Eu tenho que tá se virando com o pouquinho que estou recebendo. Não está tendo serviço e eu não posso sair para longe por causa dos meninos”, disse a mãe.

O objetivo do projeto é promover a soberania, segurança alimentar e nutricional, além da geração de emprego e renda para famílias do Semiárido. A tarefa não é simples e depende da mobilização e envolvimento de todas e todos beneficiados/as que têm acesso a manejos sustentáveis da terra e da água para a produção de alimentos. As famílias receberam recursos para construírem suas cisternas de enxurrada ou terreirão e a caixa d'água para armazenar a água coletada. Receberam também um recurso de fomento para compra de mudas e melhorias para manutenção das hortas. Como a cerca, que afasta animais que poderiam ciscar na horta em um momento no qual os brotos estivessem saindo da terra, comprometendo a produção.

“Aqui era difícil até um ovo para comer, porque a gente não tinha cercado. Depois que fez, as galinha bota lá dentro e dá pra pegar”. Sempre sorrindo, Rosilene disse que quando as galinhas botavam no mato, os cachorros achavam os ninhos e comiam os ovos antes dela. São essas sutilezas, pequenas mudanças de infraestrutura, como o cercado, que ajudam a melhorar a qualidade da vida no Semiárido.

Rosilene nos chamou para conhecer o terreirão e ver a horta. Sempre atenta, ela chama atenção de Bruno, para que ele não se esqueça de trancar a entrada da caixa

d'água para evitar qualquer acidente com Samuel. Enquanto ela fala dos cuidados com a horta, Samuel, *imparável* como toda criança, sobe no canteiro. Rosilene calmamente chama sua atenção: “não pisa aí não cheiroso”. Ele sai de cima da horta e pega a mangueira de aguar. Rosilene para de falar de novo e vai cuidar do pequeno. Voltamos para a cozinha e ela já traz o frango que escolheu para servir no almoço. Abatido, Rosilene começa a prepará-lo com mãos ágeis que vão na água fervendo para depenar e no fogo para limpar a pele da ave. O tempero é a alma de uma ótima comida. Nesse caso ela usou alho, cebolinha, corante, cebola de cabeça e pimentão.

Tudo colhido no quintal. O prato do dia era frango com macarrão, acompanhado de arroz com pequi, colhido no quintal. E farofa de feijão, colhido no quintal. Para refrescar, suco de umbu. Sim, também do quintal. Durante a feitura do almoço, Rosilene só parou um momento: para atender o Samuel e dar de mamar.

Foto: Nilmar Lage / Acervo ASA



A oportunidade de ter toda essa variedade de alimentos frescos e cultivados sem agrotóxicos, favorece a nutrição principalmente para as crianças. As escalas de insegurança alimentar abrangem casos de alimentação de má qualidade, com excesso de industrializados e alimentos pouco nutritivos, assim as famílias do P1+2 começam a sentir os benefícios de uma alimentação de qualidade. Crianças mais dispostas e com melhor desempenho na escola, por exemplo.

Como a vida é cheia de desafios e aprendizados, em raros momentos, Rosilene se queixa das dificuldades: “mulher sofre demais”. Bruno faz uma travessura, ela ri e continua, “eu queria ser era homem, porque mulher trabalha demais e não é valorizada. Não é todas, mas eu mesmo, o que eu faço na vida é pular daqui acolá e não tem valor de nada”. “Tem sim”, responde Bruno ao ouvir a mãe.

Foto: Luna Almeida / Acervo ASA



No final do ano de 2019 e início de 2020, a região de Varzelândia recebeu chuvas torrenciais e algumas hortaliças não resistiram. “A vida da gente é desse jeito, tem hora que as coisas começa a melhorar, tem hora que começa a piorar também. Às vezes a gente acha que ia ficar melhor do que já estavam mas...”. Mas mesmo assim o lado bom é destacado ao invés do lamento, pois no Semiárido a chuva é sempre abençoada. Mesmo que tenha atrasado a produção da horta, ela tem enchido as cisternas que serão utilizadas ao longo do ano.

Rosilene agradece e reconhece a importância dos recursos recebidos. Como está no início da plantação, ela ainda não consegue produzir para vender, mas para dar a algum vizinho que pede, tem sim. Ela disse que com a chegada da tecnologia as plantas passaram a sentir menos. Porque antes para plantar eles tinham que pegar água no córrego ou nos poços que, não raras vezes, costumavam secar. Como não tinham recursos como um carro de boi para buscar maior quantidade de água, suas plantas não vingavam; “a gente jogava um pouquinho de água em cada planta, mas não servia pra nada. Com essa água (através da irrigação), as plantas estão fortes”.

“A vida é desse jeito né? A vida é de idas e voltas e a gente precisa entender o que se passa nesse mundo. A força quem dá a nós é Deus. Se for pra ficar que nem um bicho bruto, a gente não aguenta não.”. Samuel entra na cozinha com um guarda-chuva, usado nos últimos dias, e corre para perto do fogão à lenha. Bruno já está nas panelas retirando pedaços de frango e começando seu almoço. “Eu passo pelo que passo e dou risada”, ensina-nos Rosilene.



Realização



Apoio



MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

